

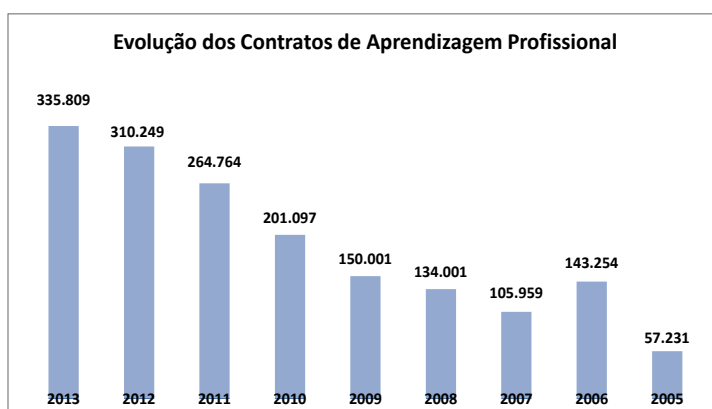
Boletim da Aprendizagem Profissional ANO 2013

O Instituto da Aprendizagem Profissional (Lei 10.097/2000) constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal de forma qualificada e protegida. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, e às pessoas com deficiência sem limite de idade, a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial - ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

Este boletim informativo tem o objetivo de sistematizar os dados de 2013, assim como ser um canal de divulgação entre o Governo Federal e os atores que promovem a Aprendizagem Profissional no País.

Aprendizes Admitidos 2005-2013	1.702.365
META 2012-2015	1.220.628
Aprendizes Contratados 2013	335.809
Aprendizes Contratados 2012	310.249
Aprendizes Contratados 2011	264.764
Aprendizes Contratados 2010	201.097
Aprendizes Contratados 2009	150.001
Aprendizes Contratados 2008	134.001
Aprendizes Contratados 2007	105.959
Aprendizes Contratados 2006	143.254
Aprendizes Contratados 2005	57.231

Fonte: RAIS 2005-2012; Caged JAN A DEZ 2013



Fonte: RAIS 2005-2012 + Caged Jan-Dez 2013

Verifica-se que desde a publicação do Decreto 5.598/2005 até Dezembro de 2013 foram admitidos nessa modalidade de contratação um total de **1.702.365** aprendizes. Nota-se neste período uma ascendente evolução no número de contratos.

O Ministério do Trabalho e Emprego expressa no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) a meta de inserção de **1.220.628** neste período. Entre os anos de 2012 e 2013 foram admitidos **646.058**, representando **52,92%** da meta atingida.

De Janeiro a Dezembro de 2013 registra-se o montante de **335.809** aprendizes, representando um aumento de **8%** se comparados aos dados de 2012, quando foram celebrados 310.809 contratos.

A tabela abaixo apresenta a distribuição do número de aprendizes admitidos ao longo dos meses do ano de 2013. Ressalta-se uma maior incidência de contratações nos meses de Março (37.915), Fevereiro (35.942), Julho (34.881) e Agosto (34.881) com relativa homogeneidade nas admissões durante os outros meses do ano, exceto Dezembro (11.051).

Meses/2013	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Admitidos	29.180	35.942	37.915	27.302	23.583	22.008	35.648	34.881	28.913	27.091	22.295	11.051

FONTE: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED JAN-DEZ 2013 - LEI 4.923/65

Contratações por Atividade Econômica	
Grau	Total
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	85.511
Indústrias de Transformação	84.578
Saúde Humana e Serviços Sociais	33.496
Outras Atividades de Serviços	32.392
Construção	24.054
Transporte, Armazenagem e Correio	16.446
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	14.426
Educação	10.630
Alojamento e Alimentação	8.231
Informação e Comunicação	5.763
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	4.304
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	4.134
Indústrias Extrativas	2.926
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2.814
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	1.874
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	1.578
Eletricidade e Gás	1.376
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	642
Atividades Imobiliárias	593
Organismos Internacionais e Outros Instituições Extraterritoriais	37
Serviços Domésticos	4

FONTE: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED ANO 2013 - LEI 4.923/65

Escolaridade	
Grau	Total
Analfabeto	73
Até 5ª Incompleto	1.498
5ª Completo Fundamental	1.175
6ª a 9ª Fundamental	24.187
Fundamental Completo	13.561
Médio Incompleto	201.369
Médio Completo	86.937
Superior Incompleto	5.514
Superior Completo	1.495

Faixa Etária	
Grau	Total
14 a 17	227.688
18 a 24	107.082
25 a 29*	390
30 a 39*	437
40 a 49*	166
50 a 64*	44
65 ou mais*	2

* Para faixas etárias superiores a 24 anos, contabiliza-se como pessoas com deficiência com contratos de Aprendizagem Profissional

Dos admitidos de Janeiro a Dezembro de 2013, 176.614 aprendizes foram homens (52,60%) e 159.195 foram mulheres (47,40%). Os **setores** do Comércio e Indústria de Transformação foram os líderes no ranking de contratações (170.089) e juntos representam 50,65% do total de admissões. A **escolaridade** predominante nos contratos de aprendizagem foi o Ensino Médio Incompleto (59,96%) seguido pelo Médio Completo (25,89%). Em consonância com a legislação vigente, a preferência nessa modalidade de contratação é a adolescência contando com 227.688 aprendizes na **faixa etária** de 14 a 17 anos. No mesmo período de referência foram verificadas 2.776 admissões de **pessoas com deficiência como aprendizes**.

Quanto ao Potencial de Contratação de Aprendizizes por UF

Apesar de expressivos resultados nas admissões nessa modalidade de contratação, verifica-se ainda uma longa jornada a ser trilhada. As 335.809 admissões do ano de 2013 representam apenas **27,13%** do potencial de contratos de Aprendizagem tomando como referência a cota mínima de 5% estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os Estados do Amapá (43,94%), Rio Grande do Sul (42,71%), Ceará (39,06%) e Espírito Santo (38,65%) lideram o ranking superando a média nacional. Já Piauí (12,58%), Maranhão (15,58%), Pará (19,27%) e Rio Grande do Norte (19,86%) apresentam índices ainda bastante abaixo da média nacional.

Cabe destacar que praticamente todos os Estados da Federação apresentaram melhora nos índices quando comparados ao ano de 2012. Merecem destaque: Rio Grande do Sul que passou de 31,68% para 42,71% do potencial de contratação; e Alagoas, Amazonas, Espírito Santo que superaram o resultado do ano anterior em 6 pontos percentuais. Ficaram abaixo do resultado do ano anterior os Estados do Rio Grande do Norte, Goiás, Rondônia e Tocantins.

Os desafios para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 e o potencial de contratação em sua totalidade estão relacionados à expansão da oferta de vagas em todo território nacional, assim como integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo. Uma dessas iniciativas foi concretizada com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre MTE e MEC em Novembro de 2013. Deste acordo será criada a modalidade **PRONATEC APRENDIZ** que permitirá o acesso a 150.000 vagas a partir de Março de 2014. Essa medida tem o objetivo de incentivar a contratação de aprendizes pelos pequenos e micro empresários e empregadores não contribuintes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional.

UF	Total de Admitidos	Potencial de Contratação	Percentual Atingido
Amapá	1.048	2.385	43,94%
Rio Grande do Sul	32.811	76.828	42,71%
Ceará	12.948	33.150	39,06%
Espírito Santo	8.997	23.277	38,65%
Acre	945	2.748	34,39%
Minas Gerais	40.704	128.062	31,78%
Amazonas	5.613	17.865	31,42%
Santa Catarina	16.888	54.595	30,93%
Goiás	12.396	40.198	30,84%
Distrito Federal	7.557	26.923	28,07%
Rio de Janeiro	29.802	110.473	26,98%
Mato Grosso	5.430	20.700	26,23%
Sergipe	2.601	9.990	26,04%
Rondônia	2.712	10.515	25,79%
Pernambuco	11.359	44.075	25,77%
São Paulo	90.636	379.367	23,89%
Paraná	17.167	73.570	23,33%
Roraima	569	2.486	22,89%
Tocantins	1.669	7.293	22,86%
Alagoas	2.788	12.722	21,91%
Bahia	12.305	57.902	21,25%
Paraíba	3.063	14.921	20,53%
Mato Grosso do Sul	3.251	16.201	20,07%
Rio Grande do Norte	3.171	15.970	19,86%
Pará	5.431	28.179	19,27%
Maranhão	2.640	16.964	15,58%
Piauí	1.308	10.401	12,58%
TOTAL	335.809	1.237.760	27,13%

Fonte: DBIDEB 2013 - Ministério do Trabalho

Sobre o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional

Instituído pela Portaria MTE 983 de 26 de Novembro de 2008 o Fórum Nacional aprovou em 2013 o **Plano Nacional da Aprendizagem Profissional** com metas estabelecidas até o ano de 2015. O referido documento é composto por 09 ações a saber: Aprendizagem na Administração Pública; Articulação da CBO e da Aprendizagem Profissional com a Educação Profissional e Tecnológica; Plano de Comunicação; Financiamento; Democratização do Acesso, Expansão e Interiorização da Aprendizagem; Fórum Nacional e Estaduais; Alinhamento Interinstitucional e Articulação das ações Aprendizagem com a Agenda Nacional do trabalho Decente. O documento completo está disponível no link http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/forum-nacional.htm

- Reuniões realizadas em 2013 – 17/01 (Brasília); 23/05 (Brasília); 11/09 (Brasília) e 20/11 (Fortaleza);